

As reações diplomáticas às barreiras comerciais estadunidenses, à saída do Reino Unido da União Europeia (UE), e ao reconhecimento da China como economia de mercado têm resultado em movimentação para implementar acordos de liberalização, e intensificação de consultas para novas associações. A Organização Mundial do Comércio (OMC) estima que o comércio de mercadorias crescerá 2,4% em 2017, mas em seu comunicado de abril a instituição ressalva que incertezas econômicas e políticas de curto prazo podem alterar significativamente este cenário. Dessa forma, aponta para uma variação positiva entre 1,8% e 3,6%. No ano passado, a expansão do comércio global de bens cresceu 1,3%.

A insatisfação dos eleitores norte-americanos com a abertura comercial contribuiu para a eleição de candidato comprometido com a implementação de barreiras alfandegárias. Incongruentemente, o partido republicano, vencedor do último pleito, posicionou-se nas últimas décadas contra medidas compensatórias à globalização, processo no qual os Estados Unidos enriqueceram, e à desindustrialização do país. Resistiu à maior progressividade dos tributos federais e à ampliação de mecanismos de proteção social. O novo incumbente excluiu formalmente o país da Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês) três dias após sua posse, em janeiro. O complexo texto é um avanço em relação a outros tratados do gênero, particularmente nas garantias à propriedade intelectual e nas regulações de comércio eletrônico.

Foram signatários do acordo, em 2016, doze países. Apenas o Japão o ratificou até o momento, e seu governo tem encorajado os demais integrantes a implementarem-no, a despeito da defecção estadunidense. O TPP é caracterizado como obstáculo à influência chinesa na Ásia, que se intensifica graças a investimentos industriais e em infraestrutura. Embora os países da região tenham expandido os laços com a China, eles veem o acordo como mecanismo para reduzir sua dependência da demanda desse país, sempre sujeita a uma peculiar lógica geopolítica e militar.

Chile, México e Peru, integrantes do TPP, são também membros da Aliança do Pacífico, zona de livre comércio instituída em 2012 da qual a Colômbia também é parte. O revés sofrido pelo TPP estimulou esse grupo a intensificar negociações com o Mercosul, com o objetivo de incrementar a corrente de comércio. A preocupação é particularmente grande no México. As barreiras comerciais planejadas pelos Estados Unidos e a pressão da nova administração federal norte-americana sobre empresas que investem no México, indústrias em especial, provocaram expectativas pessimistas. Exemplo dessa política é a pressão por revisões no North American Free Trade Agreement (NAFTA), sob a pena de extingui-lo. Esse acordo foi celebrado entre Canadá, México e Estados Unidos em 1994.

O divórcio entre Reino Unido e UE, por sua vez, será acrimonioso. Trata-se de uma vinculação que perdura desde 1972, quando o Reino Unido aderiu à Comunidade Econômica Europeia, associação que precedeu a UE. Iniciadas em março, nove meses após a consulta popular que decidiu pela separação, as tratativas deverão ser finalizadas em até dois anos. Os debates públicos não têm versado sobre o arcabouço que embasará comércio, serviços e investimentos entre britânicos e europeus. Ora se concentram nas compensações a serem pagas pelo Reino Unido por compromissos orçamentários e no *status* legal dos britânicos residentes na UE, bem como o de nacionais comunitários que moram na Grã-Bretanha.

A UE tem se mostrado diplomaticamente ativa, impulsionada pelo dinamismo da economia alemã. O bloco negocia tratados com Austrália, Índia, Japão e Mercosul. As tratativas do acordo UE-Mercosul, inertes por mais de uma década, ganharam ímpeto, e as partes esperam ter um texto sacramentado até o final deste ano. A próxima – e provavelmente última – troca de ofertas dar-se-á em Bruxelas, em setembro.

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

Para além de acordos desfeitos, ressalte-se que a China reivindica – desde o final de 2016 – o *status* de economia de mercado, quinze anos após ser admitida como membro da OMC. Durante esse período, mercados importadores de produtos chineses puderam utilizar preços praticados em terceiros países para balizarem suas investigações sobre *dumping*. A imposição de medidas de defesa contra a prática torna-se, dessa forma, mais difícil.

A mudança de comando no Itamaraty, em maio de 2016, efetivamente produziu pouco mais do que a coordenação de medidas protecionistas com a Argentina e consultas inverossímeis ao empresariado local sobre potenciais tratados com Japão e Coreia do Sul. Foram frustradas as expectativas de que a letargia da última década fosse substituída por aceleração da abertura comercial. Ainda que, como reação ao protecionismo, o novo ímpeto das negociações do Mercosul com a Aliança do Pacífico, UE, e Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) tem algo de promissor. Sob a perspectiva da balança paranaense, as três vertentes apresentam potencial para aumento da corrente de comércio de bens.

Os planos para intensificação de transações com os países da AELC (Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein) são recentes. Consultas preliminares não identificaram qualquer ponto que não esteja sujeito à negociação. Pretende-se que este seja um acordo amplo, ou seja, compreenda compras governamentais, propriedade intelectual e serviços. As economias desse bloco já praticam tarifas alfandegárias baixas sobre a grande maioria das mercadorias, mas sobre poucas incidem taxas proibitivas, como as impostas sobre queijo (até 230%) e carnes (até 1.000%).

As vendas externas do Paraná podem se beneficiar da abertura para produtos do complexo soja, de material de transporte e componentes, de açúcar, café, e de papel e celulose. Considerados dados de 2016, estes são grupos de mercadorias entre os mais relevantes da pauta do Estado e com participação nula, ou praticamente isso, no rol de aquisições da AELC (tabela 1). Entre estas, o grupo que mais se destaca é o de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, com destaque para partes de torneiras e dispositivos para canalizações.

TABELA 1 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - BLOCOS ECONÔMICOS SELECIONADOS - PARANÁ - 2016

GRUPO	TOTAL	UE		ALIANÇA DO PACÍFICO		AELC		DEMAIS DESTINOS	
	Export. (US\$)	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)
Complexo soja	4 502 441 277	734 208 967	16,3	9 746 909	0,2	-	-	3 758 485 401	83,5
Complexo carnes	2 634 273 201	253 469 564	9,6	95 936 928	3,6	2 037 153	0,1	2 282 829 556	86,7
Material de transporte e componentes	1 805 963 628	113 216 746	6,3	446 567 544	24,7	526	0,0	1 246 178 812	69,0
Açúcar	962 046 822	68 707 498	7,1	31 452 497	3,3	-	-	861 886 827	89,6
Madeiras e manufaturas de madeira	907 144 672	205 985 365	22,7	114 270 167	12,6	760 708	0,1	586 128 432	64,6
Papel e celulose	872 109 810	80 616 483	9,2	56 957 079	6,5	47 285	0,0	734 488 963	84,2
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	678 619 346	249 212 705	36,7	117 551 828	17,3	8 168 687	1,2	303 686 126	44,8
Produtos químicos	494 574 498	93 815 685	19,0	75 830 674	15,3	3 630 998	0,7	321 297 141	65,0
Café	379 449 143	99 184 567	26,1	11 868 470	3,1	385 605	0,1	268 010 501	70,6
Cereais	345 235 049	20 814 352	6,0	19 148	0,0	-	-	324 401 549	94,0
Calçados e couro	195 273 197	56 456 169	28,9	32 374 617	16,6	49 956	0,0	106 392 455	54,5
Produtos metalúrgicos	187 404 701	16 150 621	8,6	5 575 840	3,0	287 420	0,2	165 390 820	88,3
Materiais elétricos e eletrônicos	170 086 907	13 524 562	8,0	26 588 487	15,6	3 833	0,0	129 970 025	76,4
Petróleo e derivados	144 158 827	249 280	0,2	683 134	0,5	-	-	143 226 413	99,4
Produtos têxteis	97 762 397	11 039 883	11,3	15 089 594	15,4	52 316	0,1	71 580 604	73,2
Demais produtos	794 556 362	179 418 687	22,6	67 535 096	8,5	9 606 893	1,2	537 995 686	67,7

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

No fluxo de entrada de bens oriundos de países da AELC, o principal grupo é o de petróleo e derivados, em que se destacam as compras de óleo diesel e de gasolinas, exceto as utilizadas em aviação (tabela 2). No cômputo das importações paranaenses, as principais

aquisições são as de produtos químicos. A participação da AELC nelas é diminuta (0,6%), o que revela potencial para diversificação das fontes de fornecimento. Nesse grupo, ressaltam-se os fertilizantes, fungicidas e inseticidas utilizados nas culturas de grãos. No ano passado, as entradas desses produtos no Estado, e desses quatro países advindas, foram, sobretudo, de adubos com azoto, fósforo e potássio. Na relação entre Paraná e AELC, destaca-se ainda o percentual de importações locais de instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão, que são supridas pelo bloco (8,4%). Os produtos preponderantes nessa categoria foram equipamentos com aplicações médico-cirúrgicas: artigos e aparelhos ortopédicos e implantes extensíveis (*stents*).

O comércio com os países da Aliança do Pacífico, por outro lado, possui longo histórico, uma vez que corresponde a uma associação de economias latino-americanas. Desde o início da década, o fluxo de mercadorias entre Mercosul e esse bloco tem sido intensificado pelas montadoras de automóveis e pela indústria de autopeças. O estreitamento de laços através desses segmentos ganhou força com o Acordo Automotivo com o México, vigente até 2019, e sua fórmula – aumento progressivo de cotas isentas de tarifação – foi replicada em acordo com a Colômbia. Embora as atenções estejam compreensivelmente centradas no México (que responde por 61,3% do produto interno bruto do bloco, segundo dados de 2015 do Banco Mundial), seria ingenuidade subestimar o potencial dos demais integrantes.

Reiteradas manifestações de que as relações comerciais entre as partes poderiam ser expandidas esbarraram em tratativas sobre regras de origem e valor de conteúdo local, no caso dos industrializados, e ressalvas do setor agropecuário do Mercosul quanto à burocracia fitossanitária mexicana. A negociação em conjunto com os demais membros da Aliança do Pacífico tende a alongar o processo, mas o momento para propostas abrangentes é propício.

TABELA 2 - IMPORTAÇÕES, SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - BLOCOS ECONÔMICOS SELECIONADOS - PARANÁ - 2016

GRUPO	TOTAL	UE		ALIANÇA DO PACÍFICO		AELC		DEMAIS ORIGENS	
	Import. (US\$)	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)	Import. (US\$)	Part. (%)
Produtos químicos	3 077 419 005	777 579 158	25,3	103 793 313	3,4	19 516 069	0,6	2 176 530 465	70,7
Material de transporte e componentes	1 684 744 417	728 113 770	43,2	274 867 924	16,3	2 204 047	0,1	679 558 676	40,3
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1 450 755 222	749 281 249	51,6	50 128 204	3,5	16 846 980	1,2	634 498 789	43,7
Petróleo e derivados	1 264 033 006	101 836 290	8,1	3 993 019	0,3	76 300 748	6,0	1 081 902 949	85,6
Materiais elétricos e eletrônicos	741 260 200	148 749 474	20,1	15 887 530	2,1	2 912 164	0,4	573 711 032	77,4
Cereais	422 343 923	12 866 032	3,0	195 950	0,0	-	-	409 281 941	96,9
Produtos metalúrgicos	339 286 517	145 511 823	42,9	15 744 115	4,6	4 756 582	1,4	173 273 997	51,1
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	207 176 757	82 196 641	39,7	9 206 124	4,4	17 495 936	8,4	98 278 056	47,4
Papel e celulose	197 916 027	81 784 762	41,3	1 955 287	1,0	88 134	0,0	114 087 844	57,6
Complexo soja	107 936 814	189 857	0,2	-	-	-	-	107 746 957	99,8
Produtos têxteis	100 207 677	17 668 857	17,6	2 891 430	2,9	322 227	0,3	79 325 163	79,2
Móveis e mobiliário médico-cirúrgico	76 117 376	45 133 419	59,3	990 285	1,3	106 380	0,1	29 887 292	39,3
Ferramentas	52 209 164	8 734 883	16,7	374 587	0,7	807 413	1,5	42 292 281	81,0
Obras de pedras e semelhantes	36 934 620	18 999 011	51,4	980 759	2,7	2 293 433	6,2	14 661 417	39,7
Vidro e suas obras	36 077 269	10 321 716	28,6	2 000 784	5,5	7 315	0,0	23 747 454	65,8
Demais produtos	1 297 889 402	222 271 182	17,1	66 703 245	5,1	3 359 515	0,3	1 005 555 460	77,5

FONTE: MDIC-SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

As exportações paranaenses de *commodities* seriam as maiores beneficiadas pela liberalização do fluxo de produtos primários. Os embarques do complexo soja, de carnes e de cereais (milho, em particular) tendem a ganhar mercado. Estes são produtos ora predominantemente supridos pelos Estados Unidos. A inserção do açúcar paranaense nesses mercados seria consideravelmente mais difícil, uma vez que México e Colômbia são produtores – sexto e décimo-segundo maiores do mundo na safra de 2017, de acordo com o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

O mercado de café na região mostra-se um pouco mais complexo. Peru, México e, principalmente, Colômbia produzem grão de excelente qualidade. A indústria de café, em anos recentes, passou por transformação provocada pela disseminação das máquinas alimentadas por cápsulas, e o Brasil, maior produtor e exportador, está inserido nessa mudança. Neste ano, ante a quebra da safra da produção de robusta (conilon) – e da consequente elevação dos preços dos solúveis – cogitou-se a importação de grãos do Vietnã. O Peru seria uma opção mais viável.

No lado das importações, a cadeia produtiva de automóveis e veículos de carga beneficiar-se-ia de tarifas menores. Essas indústrias são as maiores demandantes nos grupos de materiais elétricos e eletrônicos, produtos metalúrgicos e vidros e suas obras. A integração de cadeias do Mercosul e da Aliança do Pacífico estará, naturalmente, em pauta. No ano passado, a região respondeu por 16,3% do montante adquirido de material de transportes e componentes pelo Paraná, sendo US\$ 101,3 milhões (6.999 unidades) de automóveis de passageiros.

O mais promissor e aguardado acordo dar-se-á com a UE. Embora Bruxelas esteja mais preocupada com a defecção britânica, com o recrudescimento das negociações da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP) com os Estados Unidos e com a disposição japonesa de negociar, as tratativas com o Mercosul estão amadurecidas. Embora sujeito aos surtos protecionistas de sempre – em ambos os lados do Atlântico – durante o processo de internalização, espera-se que o acordo passe a vigorar a partir de 2018.

A UE, Reino Unido inclusive, respondeu por 14,5% do montante aferido pelo Estado com exportações em 2016. O Reino Unido não será signatário do texto em questão e respondeu por 1,23%. Os produtos dos complexos soja e carnes compõem os grupos mais relevantes na pauta de embarques do Paraná para a UE. O terceiro grupo mais significativo nesse rol é o de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (11,3% do montante). A UE foi responsável por 36,7% da receita de exportações desse segmento, novamente com preponderante influência das vendas de partes de torneiras e dispositivos para canalização.

Os maiores obstáculos do lado europeu à configuração do tratado são os impostos pelo *lobby* agropecuário do bloco. Contenciosos levados a termo na OMC, em anos passados, pelo Brasil e outros países exportadores de bens primários, expuseram medidas incompatíveis com as regras da entidade e tornaram menos flagrante a imposição de barreiras. Os subsídios, ainda assim, permanecem. O complexo carnes e o açúcar paranaenses seriam favorecidos com maior liberalização.

Produtos químicos, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e material de transporte e componentes dominam a pauta de importações do lado paranaense. Esses três grupos foram influenciados pelas entradas de fungicidas, equipamentos para fabricação de pasta celulósica e partes de carrocerias para automóveis. Para além de diversificar o rol de fornecedores, a atualização de bens de capital seria menos custosa com a redução tarifária. Ressalte-se, ainda, na entrada de produtos oriundos da UE, a participação majoritária do bloco nas aquisições de móveis e mobiliário médico-cirúrgico (59,3%), máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (51,6%) e obras de pedra e semelhantes (51,4%). Esse último grupo compreende abrasivos, mármore e telhas.

Os procedimentos que galivarão esses acordos estão longe de seu fim, mas as perspectivas há muito não se mostram tão promissoras.